
FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA X PRÁTICA PROFISSIONAL*

NOBUKO KAWASHITA**

É uma prática comum os docentes se sentarem em torno de uma mesa e colocarem questões como esta - O que seria desejável que o futuro terapeuta ocupacional soubesse?

Em torno dessa questão uma série de respostas, opiniões, idéias, crenças são agrupadas e tenta-se traçar um perfil do terapeuta ocupacional fundamentado em experiências de formação acadêmica ou experiências profissionais. No entanto, um perfil traçado desta forma resulta num perfil idealizado, porque são opiniões de pessoas de diferentes experiências que tentam caracterizar o que seria teoricamente esse terapeuta. Em consequência, o currículo decorrente deste processo de construir o perfil profissional acaba também sendo uma aglutinação teorizada de conteúdo, disciplinas e que, muitas vezes, dependendo até das forças que estão

* Palestra proferida na Semana de Terapia Ocupacional da UFSCar, em 1982.

**Docente do Departamento de Educação da UFSCar e Pró-Reitora de Graduação da UFSCar

dentro de um departamento ou dentro de uma equipe, acaba sempre pesando mais num ou noutro aspecto.

Com relação à essa prática, que não é só da TO, mas eu, como orientadora educacional que participei de muitos planejamentos em escolas de 1º e 2º grau, caracterizo prática comum entre os educadores não especializados que lidam com currículo.

Eu não questiono a estratégia de sentar-se à mesa e discutir o problema da formação profissional mas é quanto ao conteúdo dessa discussão que levantaria algumas objeções, bem como ao fato dessa maneira de construir o conteúdo curricular e o perfil profissional estar fundamentalmente baseado em opiniões pessoais, muitas vezes em "achismos", sem ter uma sólida fundamentação de pesquisa, teórica ou de uma reflexão mais aprofundada. Além disso, uma outra objeção que levantaria a essa prática, e que sinto-me a vontade para colocar, por ter sido uma prática que já vivi, é que essa maneira de discutir perfil profissional e currículo é uma maneira desvinculada, parcial e isolada, inclusive levando em consideração as questões levantadas pelo conferencista que me precedeu (Paolo Nosella).

No momento em que não permeamos essas questões que foram objeto de reflexões do Prof. Paolo,

realmente estamos discutindo o problema da formação profissional dentro de uma ilha, como se fosse possível traçarmos um perfil "bonitinho" dizendo: "olhe o terapeuta", ou então, "o orientador educacional, que é minha profissão, precisa saber isso, aquilo e aquilo outro". De repente, no ano seguinte, acrescentamos mais alguma coisa e assim vamos remontando um perfil, que algumas vezes, quando conseguimos enxergar mais criticamente, percebemos que estamos criando monstros ou figuras que realmente não havíamos pensado, nem imaginado.

Portanto, dentro dessa prática e tentando criticar essa maneira muito empírica e sem reflexão de construir um currículo de curso, gostaria de levantar algumas reflexões, não sei se tentando responder, mas pelo menos tentando levantar algumas questões para reflexão.

Dentro do tema que vocês propuseram - "A relação formação universitária X prática profissional" - permeia uma série de questões teóricas e práticas, cuja reflexão e uma operacionalização adequada dariam indicações de como lidar com o problema do currículo.

Das questões que são várias, vou privilegiar uma questão mais prática, qual seja o proble-

ma da adequabilidade da formação do futuro profissional ao mercado de trabalho. E adequabilidade nos vários sentidos: da competência profissional, da colocação no mercado de trabalho, das condições de auto-atualização desse profissional no sentido de possibilitar uma ação crítica, no exercício profissional etc...

Agora, para responder, dimensionar e avaliar o problema da adequabilidade, teríamos que levantar uma série de critérios que só conseguiríamos a partir de reflexões de questões teóricas mais amplas.

Dessas questões mais amplas, separei quatro que, entremeando com as colocadas anteriormente (vide Paolo Nosella), acho que possibilitariam repensar a organização curricular de uma maneira menos empírica, mais fundamentada, senão cientificamente pelo menos filosoficamente.

Uma das questões que considero básica discutir e pensar, antes de traçar um perfil profissional ou organizar um currículo, é refletir a função social da Universidade; o papel da Universidade.

Uma segunda questão que estaria atrelada à primeira, é a relação entre mercado de trabalho e agência formadora, seja no nível de segundo ou ter

ceiro grau. Sem discutirmos esta questão, realmente fica difícil levantarmos critérios e princípios para uma discussão de perfil ou de organização curricular. Uma terceira questão seria o papel de um terapeuta ocupacional, ou qualquer outro profissional, na sociedade. Qual o papel que ele tem a desempenhar? E uma quarta questão, uma visão histórica e prospectiva da profissão em questão.

Outras questões, cuja reflexão forneceria indicadores para o traçado do perfil profissional mais coerente, mais real e mais "adequado" para a realidade que aí está, poderiam ser elencadas. No entanto, nesta oportunidade, analisarei as quatro acima indicadas.

Atualmente a Universidade tem se restringido quase que exclusivamente à habilitação legal de profissionais para atuar no mercado. Essa tendência, é uma "tendência legalizada" a partir da reforma de 68 e que reflete muito o pensamento e a orientação do pós-64. A Universidade passou a ser fornecedora e supridora de mão de obra, numa linha muito tecnizante e burocrática. Nesse sentido, a universidade perdeu uma das funções básicas que é de pesquisar e exercer a crítica da realidade.

De centro privilegiado de produção de co-

nhecimento, ela passou a ser uma mera fornecedora de mão-de-obra. Dessa percepção do papel da Universidade, poderíamos tentar relacionar a função social com a organização curricular. Se a Universidade de pautar e cumprir apenas o papel de fornecedora de mão-de-obra ela terá um comportamento para determinar os seus cursos prioritários e o tipo de organização curricular. Se ela estiver numa outra perspectiva, qual seja, a de formar o pesquisador, o crítico, o especialista com formação política, então, tanto seus cursos quanto sua organização curricular logicamente se pautará por outros princípios e diretrizes diferentes da primeira proposta. Portanto, para discutir o perfil profissional e a organização curricular, temos que refletir sobre o papel social da Universidade. Sem a definição do papel da Universidade nós nos perderemos entre os meandros do que queremos: o pesquisador; mais pesquisador do que técnico; um técnico competente; técnico competente com visão crítica etc...? Tais questões precisam ser dimensionadas e discutidas para poder orientar a organização curricular.

Relacionando à essa questão, vem a segunda que é a relação do mercado de trabalho com a formação profissional. Se definirmos a função social da

Universidade como supridora de mão-de-obra, podemos adotar a tendência do mercado de trabalho como uma autoridade maior para definir a prioridade dos cursos e de seus conteúdos. Se o mercado precisa de dois mil TOs, então vamos formar dois mil TOs. Seria uma relação simples e direta. Creio que muitos cursos têm se pautado por essa orientação: sondar o movimento de mercado e, face a essa prática, percebemos "desastres" em relação à oferta e à procura. Mesmo que a Universidade tivesse como função somente o suprimento do mercado, observamos alguns fatos que negam a possibilidade de se tomar a tendência do mercado como determinante única na definição dos cursos prioritários e na organização do conteúdo curricular. Só para ilustrar, podemos citar: em nosso país temos excedentes de dentistas com milhões de desdentados; um alto índice de analfabetismo com sobra de professores e especialistas em educação; altas especializações em medicina, cirurgia do coração e somos um país com doenças endêmicas, tropicais etc. Mesmo que a opção da Universidade fosse simplesmente fornecer mão-de-obra para o mercado, o mesmo não tem condições de ser a determinante única para orientar essa organização.

O desencontro da oferta e necessidades seria consequência da fragilidade dos instrumentos de estudos desse mercado, falta de sintonia entre agências formadoras e mercado de trabalho? Colocaria uma questão maior, já tocada anteriormente (vi de Paolo Nosella). A relação entre agência formadora e mercado de trabalho é um dado fundamental para ser refletido, só que colocaria em outros termos: mais que analisar o problema da demanda (demanda revelada pelas pesquisas em relação ao mercado de trabalho), temos que lidar com os condicionantes que determinam o movimento desse mercado.

Os condicionantes são de ordem política, social e fundamentalmente econômica. Nesse sentido, a reflexão do problema do mercado deverá ser feita mais em termos desses condicionamentos, para orientar o comportamento da agência formadora, do que como reveladora de demanda ou da necessidade quantitativa ou qualitativa de profissionais dessa ou daquela área. Além disso, se ampliássemos a função social da Universidade, além de supridora e formadora de mão-de-obra, teríamos que definir novos critérios para discutir e refletir na orientação da organização de currículos. Que referências novas são essas que deveriam emergir dessas reflexões? Du

lembraria uma, para exemplificar: se defino que a Universidade deve formar o intelectual crítico, um pesquisador com condições de captar as necessidades e as prioridades da realidade social, logicamente isso refletirá num tipo de organização curricular. Se a minha opção é apenas formar um técnico competente, então a organização curricular será totalmente diversa desse primeiro. É por aí que teríamos que refletir e tentar precisar com mais clareza o problema da organização dos cursos.

Ligado às questões acima, teríamos o problema da função social do profissional dentro da sociedade: ele vai ser crítico; vai trabalhar para o capital ou contra o capital; vai propor uma proposta alternativa? O problema da definição do papel social do profissional levanta questões das finalidades da formação (o para que); questões da clientela a ser atendida (para quem) e questões da metodologia (como). A reflexão dessas questões fornecerá indicadores para orientar a organização curricular quanto aos fins e meios, isto é, questões filosóficas e didático-pedagógicas. O TO vai ter uma formação mais assistencial ou mais educativa; vai trabalhar de uma forma mais individualizada ou mais coletivamente; vai trabalhar voltado mais pa-

ra instituições de que natureza?

Tais questões referem-se à questão colocada pelo Nosella: "Você vai estar voltado mais para o indivíduo ou para o número dentro de um coletivo?" Reflexões dessa natureza permitirão opções não só em termos de conteúdo mas também em termos de abordagem metodológica na formação do profissional. Ao lado de questões de natureza filosófica e didáticas, teremos outras, de natureza sociológica e política, que já foram abordadas por Paolo Nosella de forma mais ampla e também de posicionamento, tais como: o terapeuta vai funcionar ou operar em que sociedade? Que tipo de sociedade? Que características tem essa sociedade? É a partir disso que o planejador de currículo definirá sua posição e sua linha de ação. Esse aspecto eu não vou abordar exaustivamente, mas considero uma questão que permeará a proposta de formação. Se ficarmos, e há uma tendência muito característica na organização curricular, nas questões simplesmente didáticas e pedagógicas, pecamos pela parcialidade e pela ingenuidade (apesar de muito boa vontade).

Ligada à essas questões, temos outra que considero fundamental: compreender o TO ou outro profissional qualquer, no contexto histórico em que

a profissão foi gerada. Como surgiu essa profissão? Em que contexto político e econômico? A compreensão deste contexto e desta história é que nos vai dar com mais clareza o "para que" ela foi criada. A partir deste conhecimento, o contexto político-econômico em que ela foi gerada, é que temos condições de fazer uma revisão crítica da sua significação e da sua prática e através de uma crítica profunda, propor alternativas de formação do profissional que, na concepção dos profissionais, é desejável.

As colocações foram muito rápidas, mas defini no como síntese preliminar para início de debate. Preliminar porque acho que depende de discussões, discordâncias e reflexões das pessoas da área, que são vocês. Concluo a exposição com a seguinte afirmação:

A organização curricular não pode ser abordada como uma mera questão didático-pedagógica uma vez que tal enfoque pecaria pela parcialidade e pelo reducionismo pedagogo. Ela envolve, além dos aspectos didático-pedagógicos, aspectos históricos, políticos, sociais e outros que surgirem na evolução da ciência e da tecnologia.

Se, de um lado, a competência técnica é importante na formação do profissional, de outro la-

do, a consciência política é de vital importância para assegurar a formação de profissionais que atuem como cidadãos cívicos ativos, no interior da sociedade.

Inverteria a questão inicial que motiva frequentemente a organização curricular: "o que é que o profissional precisa saber" e a formularia de uma outra maneira: "que tipo de profissional a realidade exige prioritariamente para caminhar em direção a uma sociedade mais igualitária e, portanto, mais justa?"

Talvez a maneira de colocar a questão modifique a maneira de discutí-la. A partir da inversão da questão, vamos iniciar o debate.